

COMUNIDADE E DESENVOLVIMENTO: uma leitura a partir da Comunidade Olaria/Cisterna em Catalão (GO)*

Gisele Silva Rodrigues¹
Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão
ggiselerodrigues@gmail.com

Marcelo Rodrigues Mendonça²
Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão
mendoncaufg@gmail.com

Palavras-chave: Comunidade; Desenvolvimento; Território; Comunidade Olaria/Cisterna.

1 INTRODUÇÃO

Compreender o território como uma dimensão da realidade que se transforma através das relações sociais, nos permite analisar as dicotomias existentes no campo. Isso, implica retomar a reflexão sobre a implementação das políticas no campo brasileiro visando o desenvolvimento dessas áreas, legitimadas por um forte processo ideológico de *desqualificar* tudo e todos(as) que não fossem *modernos*. A justificativa era que as formas arcaicas de produção até então utilizadas, não eram mais capazes de produzir alimentos suficientes para suprir a fome no mundo.

Esta pesquisa foi realizada no Núcleo de Pesquisa GETeM – Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais, através do Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC/UFG/CNPq, com o projeto intitulado Diagnóstico Socioambiental na Comunidade Olaria/Cisterna e adjacentes, no município de Catalão (GO), no período de agosto de 2010 a julho de 2011.

A Comunidade Olaria/Cisterna, município de Catalão (GO), é o lugar de onde parte as reflexões e que adquire importante significado, uma vez que, se analisa a realidade a partir de um espaço geográfico considerado periférico, mas de onde pode-se analisar as diversas conjunturas associadas às problemáticas agrárias do Estado de Goiás, e que não deixam de estar relacionadas aos múltiplos fatores em escala global.

Vários são os sentidos dados ao conceito de Comunidade no labor acadêmico.

*Texto revisado pelo orientador Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça.

¹Graduanda em Geografia. Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão.

²Prof. Dr. do Departamento de Geografia. Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão.

Analisar esses conceitos se torna importante na medida que sua compreensão evidencia o sentido desta pesquisa, o comprometimento com os sujeitos que constroem os territórios e ao labor científico, a qual necessita estar associado à reflexão e a ação, cujo intuito vise um território social que seja realmente o território do homem e não a serviço do capital.

2 OBJETIVOS

O objetivo desse trabalho é refletir sobre o conceito de Comunidade bem como da gênese de *desenvolvimento* de Comunidade no Brasil e no município de Catalão (GO), a fim de verificar quais as transformações sociais e territoriais ocorridas na Comunidade Cisterna.

Não se pretende encerrar ou esgotar a reflexão aqui proposta, nem dar conta de toda a sua abrangência. O intuito, além de inserir a categoria território na análise geográfica, é oferecer subsídios a novas pesquisas, problematizar as transformações territoriais no campo e perceber as novas territorialidades presentes nessa realidade capazes de instrumentalizar os pesquisadores para a busca da emancipação social.

3 MATERIAL E MÉTODO

Para que se possa desenvolver uma pesquisa de natureza geográfica, torna-se necessário o domínio do conteúdo teórico e conceitual por meio de uma revisão bibliográfica. Assim, essa etapa representa o momento em que o pesquisador procura conhecer o que já foi produzido sobre o tema, através de leituras, fichamentos e análises. De acordo com Luna (2005), a revisão teórica tem por objetivo circunscrever o dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico que pretende explicá-lo. Dessa maneira, visando contextualizar, foi elaborado um corpo teórico-conceitual sobre os principais conceitos de Comunidade e a gênese do *desenvolvimento* de Comunidade.

Através da revisão teórica, posteriormente, foram realizadas pesquisas de campo na Comunidade Olaria/Cisterna, município de Catalão (GO). Durante a pesquisa de campo, foram feitas observações e descrições a respeito dos modos de vida das famílias camponesas da Comunidade Cisterna. Para a realização das entrevistas foi feito previamente um roteiro de entrevistas, contendo informações na esfera social, ambiental e econômica, buscando se compreender a dinâmica desses sujeitos pertencentes a Comunidade.

Acredita-se que é possível compreender além das *aparências* as dicotomias existentes e, principalmente, a realidade vivida pelos sujeitos que constroem esses territórios.

O conceito de Comunidade permite analisar também o *desenvolvimento* de Comunidade através de políticas públicas implantadas no campo, e buscar entender às transformações sociais e territoriais ocorridas nas últimas décadas na Comunidade Olaria/Cisterna.

4 BUSCANDO UM CONCEITO DE COMUNIDADE

Sabe-se que, um conceito científico não é algo pronto, acabado. Assim, ao longo do tempo pode ser contaminado por outros significados que, conseqüentemente, irão interferir no entendimento de seus conteúdos e em suas aplicabilidades. Dessa forma, conceitos são construções lógicas que estão em constante reformulação, sendo redefinidos e aprimorados a cada novo avanço do pensamento científico e filosófico. Compreender os conceitos de Comunidade evidencia que eles não são homogêneos, aos quais existem muitos autores que tratam dessa temática e que utilizam diferentes focos de investigação, dando mais ou menos importância para um ou outro elemento.

No meio acadêmico há, principalmente na Geografia, um número significativo de pesquisas sobre Comunidades. De forma geral, a terminologia Comunidade é entendida por um grupo territorializado através dos laços de vizinhança e de solidariedade, e também a partir de elos de sangue e de aliança que unem os membros de uma mesma família.

Mendonça (1998), ao pesquisar a reprodução e recriação do campesinato em Comunidades do município de Catalão (GO), conceitua Comunidade na relação entre o lugar e o exterior, sendo que esta se modifica para atender as necessidades dos produtores que visa a permanência na terra. “A comunidade é a materialização concreta da resistência e das lutas desenvolvidas pelos moradores. Ela permanece como prova incontestada de que a racionalidade camponesa não aceita a padronização e/ou a lógica da produção capitalista.” (MENDONÇA, 1998, p. 72). Nesse sentido, o autor ressalta que apesar da adoção de certas técnicas *modernas*, isso não descaracteriza a Comunidade camponesa.

Já Mendes (2005), ao analisar a questão da agricultura familiar em Goiás e no município de Catalão, adota a terminologia local – as comunidades rurais - utilizada pelos profissionais e órgãos públicos que trabalham a questão no município. Conceitua Comunidade por pequenas aglomerações concentradas que apresentam um alto índice de parentesco que se altera diante da presença do município, que representa outro tipo de relações estabelecidas.

Smith (1971), evidencia que a família e a vizinhança tem importância primordial na formação da personalidade, enquanto a Comunidade poderá incluir pessoas e famílias que não se conhecem. Nesse sentido, evidencia que Comunidade é uma área de integração social,

a qual é composta por sujeitos com características (culturais) diferentes. “Pode ser que não haja nenhuma afinidade entre essas pessoas, excetuando o fato de residirem no mesmo fragmento de território, dependerem das mesmas instituições e participarem juntas, para melhor ou pior, das vicissitudes da mesma pequena área”. (SMITH, 1971, p. 114).

Já Buber (1987), aborda que Comunidade e personalidade são vistos como conceitos polares, e são definidos um em função do outro, como uma associação orgânica de personalidades definidas a partir do relacionamento. Evidencia que Comunidade é a ligação que se desenvolveu mantida internamente por propriedade comum (sobretudo de terra), por trabalho comum, costumes comuns e fé comum.

Porém, a abordagem que mais se aproxima da forma da análise deste trabalho na Comunidade Cisterna, no município de Catalão (GO), é a que Smith (1971), evidencia sobre os limites da Comunidade, as quais estão vinculadas a memória dos sujeitos que nela vivem e a constroem.

Cada comunidade rural tem uma expressão específica; é uma pequena, porém definida, parte da terra. Embora seus limites não figurem nos mapas geográficos ao lado dos cursos d’água, vertentes e outros lamentavelmente chamados “fenômenos naturais”, seus limites estão indelevelmente estampados na mente e na memória dos habitantes locais. São de fato os limites que determinam efetivamente a área de participação social, de interesses e identificação mútuos e das atividades coletivas de vários tipos. Por isso é importante pensar na comunidade como uma parte específica do mundo, da nação ou do Estado, cujos residentes compreendem que estão no mesmo barco da vida. Em consequência dessa situação, eles são impelidos a trabalhar não só no sentido da família e da vizinhança, mas do bem-estar do grupo. (SMITH, 1971, p. 112).

Desse modo, mais do que simplesmente analisar a Comunidade num viés de parentesco, amizade ou solidariedade, a abordagem que será trabalhada está ligada aos limites que compõe este território, limites vinculados a memória dos sujeitos. Isso se deve ao fato de que a Comunidade Cisterna não é um território homogêneo, as quais se diferenciam. Porém, o que une esses territórios são os limites. Também se leva em conta a questão de escala geográfica, cuja Comunidade é um território considerado periférico, mas que não deixa de estar vinculada com fatores da escala global, vinculada às transformações que ocorreram em virtude de implantação de novas técnicas e ideologias.

As relações sociais, que produzem territórios, ocorrem de modo desigual e conflitante, o que gera disputas permanentes. Não há como analisar Comunidade sem inserí-la num determinado contexto geográfico, portanto, territorial. O território é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas no campo. Essas políticas formam

diferentes modelos de desenvolvimento que causam transformações sociais e territoriais.

4 GÊNESE DE DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE

Diante das reflexões acerca do conceito de Comunidade, pensar a Comunidade Cisterna requer analisar as transformações sociais e territoriais através do modelo de políticas de desenvolvimento implantado nas Comunidades. Nos trabalhos acadêmicos sobre a realidade do campo no município de Catalão (GO), constatou-se que a Comunidade é analisada somente através do conceito de grupo de pessoas territorializadas através de laços de confiança e de solidariedades com a vizinhança. Porém, esses estudos são feitos sem se darem conta da ideologia presente nesse conceito pelos órgãos públicos responsáveis pelo *desenvolvimento* dessas áreas.

Na tentativa de desfazer tais reducionismos, Ammann (1985), evidencia que o desenvolvimento de Comunidade foi institucionalizado pela ONU – Organização das Nações Unidas – após a II Guerra Mundial, postulado num momento histórico em que as grandes potências lideradas pelos Estados Unidos e Rússia deflagram a chamada Guerra Fria pela conquista do primado político, econômico e ideológico de um mundo teoricamente bipolarizado. Assim, origina-se uma corrida armamentista.

A expansão do socialismo e o fortalecimento da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), juntamente com a Revolução Cubana que se iniciava, chefiada por Fidel Castro, os EUA perdia o controle sobre o país latino-americano. Nesse momento histórico, a ONU tinha o intuito de preservar a paz e a segurança no mundo, promovendo a cooperação internacional e resolvendo problemas econômicos, sociais e culturais que impediam o crescimento das nações. Assim, a ONU começou a buscar estratégias, na tentativa de garantir a ordem social dos regimes e ideologias comunistas.

O argumento utilizado para estabelecer as políticas de *desenvolvimento* de Comunidade foi de que a pobreza é um entrave e uma ameaça tanto para as populações pobres, como de que na luta ideológica, os *povos famintos* possuíam mais receptividade para a propaganda comunista. Assim, implantado em (19)40 no Brasil, as políticas de desenvolvimento de Comunidades Rurais, com o apoio do Estado, partiu de um convênio entre o Ministério da Agricultura e o governo norte-americano, no qual, os EUA colocariam seus técnicos para assessorar a comissão dos programas nas áreas rurais e, também, a preparação de técnicos brasileiros nos EUA.

Na América Latina, os EUA viram-se na necessidade de criar estratégias para

ajudar esses povos a alcançar um nível econômico, cultural e político melhor. Segundo Smith (1971), sociólogo estadunidense, responsável por assuntos agrícolas da embaixada norte americana no Brasil, ao percorrer Comunidades, a partir do ano de (19)42, evidenciou sobre a saúde de Comunidade, relacionando-a ao atraso,

[...] uma comunidade rural é forte quando as capacidades e habilidades de seus habitantes forem desenvolvidas a níveis que se aproximam de suas potencialidades. Isso se consegue, na indústria básica do cultivo da terra, quando cada pessoa que ganha sua vida com a agricultura é capaz de desempenhar, simultaneamente, com habilidades, as funções essenciais de trabalhador, empreendedor capitalista, aproximando-o da capacitação que ele poderia ter adquirido sob as mais favoráveis circunstâncias. (SMITH, T. L., 1971, p. 116).

Para Smith (1971), a Comunidade está debilitada quando não estão organizadas e/ou encontra-se em estado de atraso em relação ao capital. Um dos motivos para o atraso é evidenciado ao modo com que os camponeses produzem, a qual “ [...] a América Latina é uma das partes do mundo onde predominam na lavoura de subsistência os métodos mais rústicos e delapidadores de mão-de-obra”. (SMITH, 1971, p. 119). Nesse sentido, evidencia que para uma Comunidade ser considerada saudável, necessita que todos(as) se tornem sujeitados(as) ao capital. Assim, o capital aprofunda a separação entre a produção voltada para as necessidades humanas e a produção voltada para suas próprias necessidades, convertendo a concorrência em um processo destrutivo que se expressa pela degradação da força humana de trabalho e dos recursos naturais (ANTUNES, 2001).

O amplo apoio que o governo brasileiro ofereceu ao *desenvolvimento* de Comunidades se justificou pelos pontos críticos da urbanização acelerada que o país atravessava, com a formação de grandes periferias, a qual trouxe uma consciência de intervenção do Estado para a solução dos problemas urbanos já agravados. Assim, havia uma exigência de novas políticas de gestão do território como um todo, tanto a nível nacional quanto regional, que permitisse um novo modelo de acumulação e de participação na economia internacional.

Nesse sentido, as áreas rurais brasileiras foram um dos principais alvos da intervenção estatal, visto que, era nessas regiões onde se encontravam populações que eram consideradas atrasadas e responsáveis pelo atraso econômico do país. Assim, em (19)45, o acordo firmado entre os governos brasileiro e norte-americano era, pois, uma forma de cooperação sobre a educação rural, a qual preparava mais diretamente a entrada ao *desenvolvimento* de Comunidade no país. Segundo Ammann (1985), o acordo se propôs a

estabelecer uma maior aproximação interamericana, mediante intercâmbio intensivo de educação, idéias e métodos pedagógicos entre os dois países, a qual resulta na criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), composta por técnicos americanos e brasileiros responsáveis pela execução dos programas nas áreas rurais.

De acordo com Ammann (1985), para garantir a inserção dos programas de Desenvolvimento de Comunidade no Brasil e, conseqüentemente, o domínio de territórios, foi utilizado estratégias como a criação de Missões Rurais, tendo como recurso o rádio, o cinema, bibliotecas e outros meios de comunicação. A American International Association (AIA) criou, após visita de seu criador Nelson Rockefeller ao Brasil em (19)48, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em Minas Gerais. O objetivo desse programa foi o crescimento das colheitas e da produção pecuária, bem como a melhoria de condições econômico e sociais das populações rurais, mediante a assistência técnica e financeira. Assim, a ACAR passa a reproduzir no Brasil o modelo americano de extensão agrícola.

Desde o início do século XX, os EUA já haviam testado esse modelo de produção agrícola na Índia, onde foi viabilizado o Projeto *Etawdh*. Já no Brasil, esse processo ficou conhecido como Revolução Verde. Enquanto um conjunto de métodos e técnicas modernas, baseava-se nos avanços da indústria química (agrotóxicos, insumos, fertilizantes) e metal-mecânica (tratores, colheitadeiras, plantadeiras, implementos etc). Segundo Graziano Neto (1985), a Revolução Verde causou fome, problemas ambientais e mais miséria, pois somente os grandes produtores tiveram condições de aplicar todo o pacote tecnológico que acompanhava as *sementes milagrosas* desenvolvidas nos centros de pesquisa.

A denominação moderno, segundo Martins (1975), passa a ser compreendido como modificação do rural pelo abandono de práticas rotineiras por produtos químicos oriundos do complexo industrial-militar, visando despovoar áreas inteiras que, não tendo mais mercados suficientes, são melhorados para intensificar a Revolução Verde, sendo disponibilizados para a indústria civil. Vale ressaltar que, a produção camponesa compreende para o auto consumo, com produção de excedente para a aquisição do que necessita. Sendo assim, os camponeses representam um obstáculo para a modernização, pois não estão inseridos no contexto da Revolução Verde. Assim o camponês é, ao mesmo tempo, produto e negação do capitalismo no campo. “Isso quer dizer que o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção” (OLIVEIRA, 1990, p. 11).

Nessa perspectiva, políticas foram intensificadas nas áreas rurais brasileiras. Em (19)50, inicia-se a experiência de *desenvolvimento* de Comunidade através da missão rural de Itaperuna (RJ), com o intuito de assentar as bases para um programa nacional de melhoria das

condições de vida econômica e social das áreas agrícolas (AMMANN, 1985). Posteriormente, surge em (19)52 a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) do Ministério de Educação, a qual inaugurou em nível nacional, um programa de Educação de Jovens e Adultos para capacitarem profissionais para a atuação junto às Comunidades. Para Ammann (1985), esse programa de desenvolvimento de Comunidade é de cunho desenvolvimentista que não resolve a estrutura concentradora e excludente, a exploração do trabalho e a formação do espaço agrário brasileiro.

Para reforçar os argumentos utilizados para o *desenvolvimento* de Comunidade criou-se uma relação de preconceitos aos sujeitos que nela vivem. Segundo Martins (1975), o homem rural é visto como ignorante, magro, sujo e rotineiro. Esse estereótipo negativo coloca no cerne a ideologia da urbanização, pela negação do rural. O Jeca tatu ou o caipira preguiçoso, por exemplo, foram termos criados para mostrar a importância do fazendeiro rico sobrepondo o urbano no rural. “Desse modo, os agentes da inovação só a concebem como projeção das virtudes urbanas (simbolizadas pela máquina e pela técnica “moderna”) sobre a sociedade agrária” (MARTINS, 1975, p. 27).

Nas Comunidades, foram criados os centros comunitários, sob a orientação da igreja católica, ficando a sua institucionalização e respaldo a cargo da CNER. Nos centros comunitários, ocorriam as reuniões com as missões rurais e a Comunidade. Essas missões foram inspiradas nas organizações do México, que já haviam iniciado os seus trabalhos em (19)51 (AMMANN, 1985). Eram compostas por agrônomos, médicos e assistentes sociais. Percorriam cidades, reunindo agricultores, donas de casa e jovens, ministrando aulas de higiene, alimentação, técnicas agrícolas, enfermagem, trabalhos manuais e outros. Essas missões ficavam cerca de 2 a 5 dias em cada cidade, reunindo pessoas.

Nas reuniões, formavam-se grupos, sob a liderança de um membro da Comunidade. As atividades propostas eram todas educativas, que em tese, tinha o intuito de refletir sobre os problemas locais a partir das necessidades que fossem sendo abordadas pelos membros. Porém, as missões rurais montavam um grupo em cada Comunidade e iam embora para outras cidades, e quando retornavam ao local constatavam que os grupos haviam acabado tendo que recomeçar, novamente, o trabalho de mobilização. Desse modo, através de convênios com diversas entidades públicas e privadas para instalação de equipes, a CNER passa a optar por missões fixas.

Segundo Ammann (1985), não se fazia distinção de classes nas missões rurais, reunindo latifundiários, camponeses e trabalhadores rurais para discutir problemas da Comunidade e tentar encontrar soluções para os mesmos. Diante de interesses distintos, a

CNER entra em declínio em (19)59, sendo extinta em (19)63. Segundo Mendonça (2004), as contradições fundadas pelo capital busca homogeneizar classes sociais diferentes, sob o escopo da modernização da agricultura, que representa a expressão mais visível da materialização do capital através das grandes empresas de fertilizantes e insumos, das revendedoras de máquinas, implementos agrícolas e dos equipamentos técnicos.

O plano de desenvolvimento do governo populista JK (Juscelino Kubitschek), com o objetivo de eliminar a pobreza, viu a necessidade de uma ampla reforma no sistema educacional, estímulos à emergência de novos setores da economia e, por fim, promover investimentos em áreas rurais, até então, não exploradas economicamente. Nesse sentido, de 5 a 8 de julho de 1960, foi realizado, no Rio de Janeiro, o Seminário Nacional sobre Ciências Sociais e o Desenvolvimento de Comunidades Rurais no Brasil. Esse seminário foi resultado de um convênio firmado entre o Serviço Social Rural (SSR) e a Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica no Brasil, a qual teve a participação de técnicos desses dois segmentos.

Segundo Ammann (1985), o seminário mostrou que os discursos dos técnicos tinha o objetivo de fazer uma reforma estrutural no campo, a qual contasse com a participação das camadas populares. Essas medidas receberam total apoio do regime populista. Os principais objetivos do seminário era aumentar o número de cientistas aos programas de desenvolvimento rural no Brasil; dar aos técnicos preparo mais adequado em Ciências Sociais e demais disciplinas relacionadas com o trabalho em programas dessa natureza; promover maior entrosamento entre as universidades rurais, institutos de pesquisa social e entidades que realizam programas de desenvolvimento rural, a fim de que as atividades de ensino e investigação tenham articulação com as necessidades desse programa.

No governo João Goulart, o Brasil passou por uma crise política, principalmente devido à renúncia do presidente Jânio Quadros (recém empossado), o que agravou, ainda mais, os problemas econômicos deixados pelo Governo JK (dívidas externa e altas inflações). Neste momento, houve a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural e a ascensão de movimentos sociais, sobretudo no campo, com o intuito de reivindicar uma Reforma Agrária. Como mediadora desses movimentos, a igreja católica tornou primordial a adesão cristã das bases populares. (AMMANN, 1985).

Com o golpe militar em 1º de abril de (19)64, uma das estratégias adotadas pelo governo militar foi a rejeição ao governo nacionalista e a adoção de uma política extensa anti-comunista. Nesse sentido, os movimentos sociais foram considerados um perigo para o sistema autoritário no Brasil, sendo marginalizados no processo político. Os discurso adotados pelo governo militar foi que o “país caminhava a passos largos para o desenvolvimento”.

Porém, os trabalhadores sofreram reduções em seus salários e os sindicatos foram marginalizados. Tem-se também a crise do petróleo, em (19)70, a qual evidenciou a fragilidade das políticas do Estado frente às demandas internacionais.

Com a criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), trazia no discurso a integração econômica, a qual os trabalhadores rurais, camponeses e demais membros da Comunidade interessados na questão, ficaram fora da discussão, voltando os problemas da Comunidade ao indivíduo. As superintendências regionais criadas foram: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)³, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)⁴, Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)⁵, e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL)⁶ passaram a desenvolver atividades nas Comunidades com o intuito de desenvolvê-las.

Em (19)77, surgiu a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que ficou encarregada do desenvolvimento das Comunidades, de forma localizada. Nesse sentido, sua criação fez parte de uma estratégia do Estado no sentido de criar mecanismos para acelerar a chamada modernização da agricultura. Assim, a EMATER ficou responsável pelo desenvolvimento a partir da Extensão Rural. O discurso utilizado era de realizar uma organização rural, não só com um enfoque produtivo (como os programas anteriores), mas também com enfoques ideológicos, como cidadania, conscientização, representação de classes e organizações comunitárias. Houve também a prestação de assistência a questões como conservação do solo, manejo do solo e da água, irrigação, drenagem, dentre outros.

5 DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES EM CATALÃO (GO): a criação da EMATER

Em (19)77, surgiu a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) no município de Catalão (GO). Sua criação fez parte de uma estratégia do Governo Federal no sentido de criar mecanismos para acelerar a modernização da agricultura no Brasil. Nesse período surge também a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), cujas

³ Suas ações estão voltadas aos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, parte do Estado de Minas Gerais e a ilha Fernando de Noronha.

⁴ Suas ações estão voltadas aos Estados do Amazonas, Pará, Acre, Roraima e Amapá.

⁵ Suas ações estão voltadas aos Estados do Mato Grosso, Goiás, Rondônia e o Distrito Federal.

⁶ Suas ações estão voltadas aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

tecnologias e pesquisas desenvolvidas estavam voltadas às necessidades dos médios e grandes produtores e, através do crédito subsidiado, é que se dá a expansão do plantio de culturas de maior rentabilidade. (MENDES, 2005).

Nesse sentido, é iniciado no município um trabalho de organização do território não somente com foco produtivo, como até então os programas anteriores de desenvolvimento de Comunidade abordavam, mas também com foco subjetivo, como conscientização, cidadania, representação de classes e organizações comunitárias. Passa-se a prestar assistência a questões como conservação do solo, manejo do solo e da água, irrigação, drenagem dentre outros.

Nesse contexto, surgem os programas de extensão rural e a denominação Comunidades Rurais no município de Catalão (GO). Assim, o desenvolvimento de Comunidade é trabalhado através da EMATER, a qual dispunha de técnicos que faziam visitas periódicas às áreas rurais do município. A equipe técnica era formada por assistentes sociais, agrônomos e médicos que percorriam as Comunidades ministrando cursos de culinária, higiene e técnicas agrícolas.

Segundo Venâncio e Pessôa (2008), não existem estudos precisos sobre o programa de extensão no município de Catalão (GO), cuja documentação elaborada por técnicos da extensão rural foi perdida com o tempo. A EMATER foi fundada sob coordenação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Com a extinção da EMBRATER, no Governo Collor, criou-se várias outras empresas em todos os Estados, formando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER). O objetivo era disseminar o uso de implementos agrícolas e máquinas modernas, contribuindo para o fortalecimento do capital no campo. (VENÂNCIO; PESSÔA, 2008 *apud* SANTOS, 2001).

6 A COMUNIDADE OLARIA/CISTERNA: os desdobramentos do *desenvolvimento*

As transformações territoriais na Comunidade Cisterna permitiu a ocupação indiscriminada pelo capital agroindustrial e financeiro nas áreas que permitissem a mecanização, apesar de que a Comunidade situa-se em uma área com acentuada declividade. Segundo Mendonça (1998), em (19)65 teve início na Comunidade Olaria/Cisterna, o cultivo de alho, dedicada a atender as necessidades do mercado regional. A partir da introdução de novas técnicas, grandes investimentos foram feitos, favorecendo a produção e colocando o município em primeiro lugar na produção de alho do Estado.

Mendes (2005), ao analisar a agricultura familiar na Comunidade Cisterna, resalta que a produção de alho possibilitou o surgimento de uma Vila na Comunidade, a qual evidencia que foi um processo necessário para a garantia de mão-de-obra disponível. No final da década de (19)80 até (19)92 foi uma época promissora para os produtores de alho, “[...] a partir de 1990, várias famílias de origem baiana vieram para Comunidade em busca de trabalho, iniciando o povoamento de uma vila rural (Vila Açucena) que começou a ser construída em 1993” (MENDES, 2005, p. 246).

No entanto, a Vila Sucena⁷ (Foto 01), que hoje abriga cerca de 30 famílias nordestinas, evidencia o insuficiente desenvolvimento de Comunidade, bem como, a estrutura agrária vigente no Brasil, a qual expressa a frustrada busca de migrantes por terra e trabalho. Assim, o capital exerce sobre os sujeitos que constroem a Comunidade (é através do trabalho que se constrói territórios), um controle social que tem o intuito de adaptá-los as formas convenientes para a (re)produção da lógica capitalista, inserindo um ideário de que as práticas sociais devem ser alteradas em acordo com as novas imposições do capital.



Foto 01: Vista parcial da Vila Sucena. Comunidade Olaria/Cisterna. Catalão (GO).
Fonte: Pesquisa de Campo, jan. de 2011.
Autor: RODRIGUES, G. S.

As medidas liberalizantes tomadas pelo governo Collor (política da livre concorrência), através de acordos internacionais firmados principalmente com a China, fez com que o preço do alho caísse bruscamente no ano de (19)94, promovendo alterações no modo de produzir dos camponeses. Atualmente a Comunidade Olaria/Cisterna (Foto 02) tem

⁷ Segundo a agente de saúde da Comunidade Olaria/Cisterna, Tânia M^a Ribeiro, a Vila é conhecida por Vila Sucena, devido a família Sucena, pertencentes a Comunidade.

passado por intensas transformações com a chegada do cultivo de eucalipto, modificando a paisagem e se apropriando de territórios. Tem-se ainda a exploração de mão-de-obra barata dos moradores da Vila Sucena no cultivo do eucalipto, cujas más condições de trabalho são relatadas pelos moradores como, por exemplo, a não utilização de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) na aplicação de agrotóxicos.



Foto 02: As plantações de eucalipto já fazem parte da paisagem da Comunidade Olaria/Cisterna, Catalão (GO).
Fonte: Trabalho de Campo, jan. de 2011.
Autor: RODRIGUES, G. S.

Para a visita as famílias camponesas teve-se o acompanhamento de um membro da Comunidade, a agente de saúde, o que facilitou o contato e a aceitação das mesmas em participar da pesquisa. Foram entrevistadas 26 pessoas, sendo que vinte destes eram de famílias proprietárias, cinco de trabalhadores não proprietários e um que mora em terra cedida pelo proprietário.

Observou-se na Comunidade diferentes formas de uso da terra com predominância de cultivos de pequenas plantações de milho (para consumo próprio e dos animais), mandioca (onde a raiz é consumida e também pode vir a ser transformada em polvilho), arroz e hortaliças. Criam também animais suínos, galináceos, bovinos (com predominância de gado leiteiro), cavalos. Toda a produção feita por estas famílias é destinada ao consumo próprio, de parentes e o excedente para a comercialização em Catalão.

Dentre as próprias ações/estratégias construídas pelos camponeses para continuarem na terra ao longo das transformações ocorridas na Comunidade, tem-se a retomada do cultivo do alho e outras atividades produtivas em escala comercial. Somente um

camponês da Comunidade vende seus produtos na Feira Camponesa⁸ do MCP (Movimento Camponês Popular), a qual possibilitou uma melhor condição de vida, pois agora, fica mais fácil vender os produtos (hortaliças, leite, queijo, frutas e tapetes feitos pela esposa), além da supressão do atravessador.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de Comunidade revela diferentes formas de apropriação do espaço, construídas pelos sujeitos que dela fazem parte. Assim, há territórios distintos com apropriações e enraizamentos diferenciados. As territorialidades são estratégias para efetivar a dominação e exercer o poder sobre determinada área. O desenvolvimento de Comunidade implantado no município de Catalão revela o descaso com os sujeitos. Tratava-se de um modelo implantado no Brasil como nos EUA. A expulsão de partes desses camponeses das Comunidades do entorno do município de Catalão, dentre elas, da Comunidade Olaria/Cisterna, revela que tais políticas não resolveram o problema agrário do Brasil, tendo no centro uma estrutura fundiária injusta, criando problemas sociais como a criação da Vila Sucena.

Creio que compreender essas dicotomias para revelar as implicações próprias dos processos sociais, talvez seja uma das inquietações que rege esta pesquisa. Assim é um desafio pensar os processos incertos, seus conflitos e os sujeitos que desses territórios fazem parte, em busca de uma emancipação social.

REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1985. 176 p.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2001

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. Seleção e tradução de M. Dascal; O. Zimmermann. São Paulo: Perspectiva, 1987. 136 p.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecológica**: crítica da moderna agricultura. 2 ed.

⁸ De acordo com Guimarães e Mesquita (2009), a Feira Camponesa ocorre Bairro Ipanema, e apresenta um bairro estratégico, principalmente pelo horário em que ocorre a feira (17h), pois o bairro é afastado da área central, sendo uma opção aos consumidores residentes e mesmo de outros bairros que se deslocam até o local. A gestão da Feira Camponesa acontece por seus membros; cerca 20 famílias que comercializam seus produtos.

São Paulo: Brasiliense, 1985. 154 p. (Coleção primeiros voos).

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 87 p. (Coleção primeiros passos).

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2005. 108 p. (Série Trilhas).

MARTINS, José de S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975. 161 p.

_____. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980. 181 p.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1990. 185 p.

MENDES, E. P. P. **A produção rural familiar em Goiás**: as comunidades rurais no município de Catalão. 294f. [Doutorado]. Programa de pós-graduação em geografia, Universidade Estadual Paulista, 2005.

MENDONÇA, M. R. **A questão regional e o campesinato**: a alhicultura em Catalão-GO. 1998. 233 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

_____. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 458 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1990. 88p.

PAULINO, Eliane T; ALMEIDA, Rosemeire A. de. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 107 p.

SILVA, José G. da. **O que é questão agrária**. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 114 p. (Coleção primeiros passos).

SMITH, Thomas L. **Organização rural**: problemas e soluções. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1971. p. 25-124.

VENÂNCIO, M; PESSÔA, V. L. S. As políticas de desenvolvimentos de comunidades rurais no Brasil: a (re)organização do território rural no município de Catalão (GO). **Espaço em Revista**, Catalão (GO), v. 10, n. 1, p. 98-111, jan./dez. 2008.